

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

LabCit/Gedri

V. 1, n. 13, 2020

ISSN 2675-3308

A POLÍTICA NEOLIBERAL NO PARANÁ E A TRANSFERÊNCIA DA COPEL TELECOM AO CAPITAL PRIVADO

Nelson Fernandes Felipe Junior

O Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transporte e Logística – LabCit se constitui como espaço de interação entre pesquisadores, professores, estudantes e comunidade, oferecendo suporte para atividades de pesquisa, ensino e extensão. A origem do laboratório remete ao **Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas – Gedri**, constituído em 2005. O mesmo congrega pesquisadores de diferentes regiões do país. O grupo é certificado pelo CNPq desde 2005 e atualmente é sediado no Departamento de Geociências da Universidade do Federal de Santa Catarina (UFSC).

LABCIT/GEDRI
Departamento de Geociências
Bloco C do CFH, Sala 4
E-mail: labcit.gedri@gmail.com
Telefone: 048-3721-8594
Ramal: 8594



Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH
Departamento de Geociências – GCN
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFSC
Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística
LABCIT
Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas
GEDRI
Coordenador: Márcio Rogério Silveira

Site: <https://labcit.ufsc.br/>

A POLÍTICA NEOLIBERAL NO PARANÁ E A TRANSFERÊNCIA DA COPEL TELECOM AO CAPITAL PRIVADO

Textos
para
Discussão

Nelson Fernandes Felipe Junior

Docente do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), bem como do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL).

No dia 09 de novembro de 2020, o grupo paulista Bordeaux Fundo de Investimento e Participações Multiestratégia adquiriu a Copel Telecom (empresa responsável pelo setor de telecomunicações da estatal paranaense Copel – Companhia Paranaense de Energia), em leilão realizado na B3 (a Bolsa de Valores de São Paulo). Foram vendidas 100% das ações da empresa, que é a principal no mercado de fibra óptica no estado do Paraná. O contrato firmado estabelece que a transferência total dos ativos deve ocorrer até meados de 2021. O mesmo Fundo de Investimento tinha adquirido, em 2020, o controle da Sercomtel Telecomunicações – empresa que tinha como principais acionistas a Prefeitura de Londrina (55%) e a Copel (45%) (COPEL, 2020).

Apesar de grande parte da mídia, dos partidos políticos e dos segmentos burgueses apoiarem a decisão do governo estadual, a venda da Copel Telecom representa um equívoco do ponto de vista do desenvolvimento estadual e nacional, e ainda elucida a política neoliberal e conservadora do atual governo do estado do Paraná. Inserido nesse processo, o governo estadual pretende realizar outras concessões e privatizações de empresas públicas até o final de 2021, caso da Companhia Paranaense de Gás (Compagás) e da Estrada de Ferro Paraná Oeste (Ferroeste). Em relação ao governo federal, as intenções privatistas focam, sobretudo, nos Correios, na Eletrobras e no Porto de Santos.

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) atende 4,5 milhões de unidades consumidoras – considerando as residências, indústrias, estabelecimentos comerciais e de serviços e propriedades rurais – e está presente em todos os 399 municípios paranaenses. Ademais, a empresa possui 8.453 funcionários, estando entre as companhias que mais geraram empregos no Paraná nas últimas seis décadas (desde 1954, ano de sua criação). Em relação ao sistema de fibra óptica da empresa, totaliza uma extensão de 30 mil quilômetros no estado do Paraná (COPEL, 2020).

A Copel Telecom é uma empresa dinâmica e lucrativa e, segundo diversos especialistas, tem um dos melhores serviços de internet do país (totalmente em fibra óptica). Somente no primeiro trimestre de 2020, a Copel Telecom obteve um lucro de 97,5 milhões de reais (COPEL, 2020), sendo importante para a economia e a sociedade paranaense, especialmente considerando a nova tecnologia 5G. Além disso, a

própria Companhia Paranaense de Energia utiliza-se dos serviços e da infraestrutura da Copel Telecom para realizar as operações no sistema elétrico no estado do Paraná.

A desestatização da Copel Telecom fere os interesses da sociedade paranaense, principalmente das pessoas de baixa renda, dos moradores da periferia social (desestruturada) e de cidades pequenas, que dependem da presença da empresa (e de sua infraestrutura instalada) para terem acesso à internet banda larga. Outrossim, nesse processo de “simples transferência do patrimônio público ao capital privado”, foi desconsiderada a comprovada capacidade e importância da empresa para o desenvolvimento do estado do Paraná, bem como as potenciais demissões de trabalhadores(as) a partir da privatização. Isso torna-se ainda mais crítico considerando o momento de intensa crise econômica e social que afeta o Paraná e o Brasil (desemprego elevado, crescimento da informalidade, queda da renda, aumento da desigualdade, perda de direitos sociais e trabalhistas etc.).

A Copel Telecom sob controle da iniciativa privada tende a focar os investimentos em localidades que sejam mais lucrativas à empresa, desfavorecendo, portanto, os grupos de menor renda e as regiões e/ou cidades que possuem um reduzido mercado consumidor de internet. Isso não é novidade no Brasil, pois apresenta-se como uma das principais características verificadas com o processo de desnacionalização de base neoliberal ocorrido na década de 1990 (iniciado com Fernando Collor de Mello e consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso).

Ignácio Rangel destaca a necessidade do Estado criar estratégias (a partir do planejamento) para fomentar o desenvolvimento regional e nacional. Nesse sentido, a concessão de empresas e serviços públicos à iniciativa privada não se justifica quando estes são dinâmicos, lucrativos e com capacidade de realizar inversões (investimentos). Ou seja, a transferência desordenada de empresas com capacidade ociosa à iniciativa privada – como ocorreu/ocorre no Brasil desde os anos de 1990 – representa o modelo neoliberal, contrapondo-se às concepções rangelianas (RANGEL, 1980).

Portanto, transferir a Copel Telecom ao capital privado não estimula novos e maiores investimentos, visto que é uma empresa com capacidade ociosa e que exerce uma função relevante no desenvolvimento do estado do Paraná – grande parte das escolas, órgãos públicos, hospitais etc. são atendidos pelos serviços de internet da empresa. O que ocorreu foi uma simples transferência de patrimônio que, do ponto de vista nacional, social e macroeconômico, representa um retrocesso.

A política neoliberal, entreguista e conservadora existente no governo federal e no governo do estado do Paraná se caracteriza por privatizações e concessões equivocadas, pela redução dos gastos públicos (política de ajuste/austeridade), aliança com o imperialismo exercido, sobretudo, pelos Estados Unidos, ataques frequentes à classe trabalhadora e seus direitos (principalmente aos servidores públicos), sucateamento da educação e da saúde públicas, criação de colégios cívico-militares em diversas cidades do Paraná, entre outros.

O Estado deve utilizar as empresas públicas estratégicas e dinâmicas para gerar demanda efetiva na economia, criar empregos e renda e expandir os equipamentos e serviços públicos, favorecendo

principalmente as pessoas que vivem em áreas periféricas do espaço urbano (RANGEL, 1980). Assim, a Copel e, especialmente a Copel Telecom, deveriam ser utilizadas para fomentar o desenvolvimento econômico e social do Paraná, e não simplesmente transferir a empresa ao capital privado que atua no setor financeiro e no mercado especulativo.

Por fim, é verificado o desmonte do Estado planejador, indutor e desenvolvimentista, visando atender aos interesses dos grupos elitistas e conservadores. E mais uma vez criou-se e disseminou-se na sociedade o discurso de que “as empresas estatais brasileiras geram prejuízos financeiros, não possuem capacidade de investir e se caracterizam pela ineficiência e corrupção”. É a falácia a favor do imperialismo e do neoliberalismo!

Referências

ESTADO DO PARANÁ. **Companhia Paranaense de Energia (Copel)**. Informações da empresa. Disponível em: <<https://www.copel.com/hpcweb/institucional/>>. Acesso em: 09/11/2020 e 10/11/2020.

RANGEL, Ignácio. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980.

Como citar:

FELIPE JUNIOR, N. F. A política neoliberal no Paraná e a transferência da Copel Telecom ao capital privado. **Textos para Discussão**. Florianópolis, v.1, n.13, 2020.